

CPI acha cheques de Alves para José Carlos

Arnildo Schulz — 22/10/93

A subcomissão de bancos da CPI do Orçamento conseguiu as primeiras provas da relação financeira entre o deputado João Alves (PPR-BA) e o ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento José Carlos Alves dos Santos. São dois cheques do deputado nominais ao economista, emitidos em 1991. O primeiro, no valor de Cr\$ 4,98 milhões, é do dia 21 de fevereiro de 1992 e o segundo, de Cr\$ 7,41 milhões, de 7 de março de 1991.

Pelos levantamentos preliminares, os deputados da CPI acreditam que era na conta da Caixa Econômica Federal — a única cujos documentos o Banco Central



João Alves: relações financeiras

enviou à CPI — que o deputado recebia os prêmios das loterias e depois fazia distribuição aos cúmplices do esquema de corrupção na Comissão de Orçamento. A subcomissão de bancos já pediu ao Banco Central que envie as cópias da frente e verso de alguns cheques nominais que João Alves emitia para ele mesmo. A desconfiança é de que esses cheques possam ter sido repassados para terceiros.

Nesse caso, existem dois cheques que chamaram a atenção da subcomissão. O primeiro, emitido no dia 29 de junho de 1993, é de Cr\$ 20

bilhões e foi parar no Banco de Boston. No mesmo dia, um cheque de Cr\$ 10 bilhões foi parar numa conta do Banco Nacional. “É preciso ter as cópias dos cheques para saber em nome de quem estão essas contas no Banco de Boston e no Nacional. Com certeza o deputado João Alves não tem contas nesses bancos”, explicou o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), integrante da CPI. O esquema PC utilizava o artifício de cheques nominais aos próprios emitentes, que, depois de endossados, eram repassados a terceiros ou utilizados para a compra de cheques administrativos.